



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PIES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

ANEXO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO nº _____ / 20____

*Contrato de Credenciamento de Instituição para Consignação
em Folhas de Pagamento processadas pelo
Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo referente a Magistrados e a Servidores*

O Estado do Espírito Santo, por meio do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, CONSIGNANTE, com sede na Rua Desembargador Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, CEP 29050-906, Vitória/ES, CNPJ nº 27.476.100/0001-45, neste ato representado, na forma da Emenda Regimental nº 04/2015 (e-diário - Diário da Justiça Eletrônico 09.12.2015), pelo Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, _____, CPF nº _____, e a instituição _____, CONSIGNATÁRIA, CNPJ nº _____, estabelecida na _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, Cidade de _____ / _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu/sua procurador(a) _____, identidade nº _____ / Órgão emissor _____, CPF nº _____, resolvem celebrar, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira - Do Objeto

1.1 - O objeto deste contrato consiste em permitir a consignação, diretamente em folhas de pagamento processadas pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, de valores devidos por Magistrados e/ou Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo à CONSIGNATÁRIA, nos termos da Resolução TJES nº _____ /2021,

1.2 - Espécies de consignações autorizadas pela Consignatária:

1.2.1 - Descrição da espécie e correspondente enquadramento na Resolução ____/2021

Cláusula Segunda - Do Limite de Valor

2.1 - A soma das consignações facultativas e compulsórias não poderá ultrapassar 70% (setenta por cento) da remuneração habitual do servidor ou do magistrado, inclusive as vantagens permanentes, conforme art. 10 da Resolução TJES nº ____ / 2021.

2.2 - A soma das consignações facultativas por prazo determinado e por prazo indeterminado, previstas nos artigos 6º e 7º da Resolução TJES nº ____ / 2021, não poderá ultrapassar 35% (trinta e cinco por cento) por cento da remuneração habitual do servidor ou magistrado, inclusive as vantagens permanentes.

2.3 - Na hipótese de as somas estabelecidas nos itens anteriores ultrapassarem os percentuais indicados, o ente CONSIGNANTE irá proceder nos termos do art. 10 da Resolução TJES nº ____ / 2021.

Cláusula Terceira - Dos Deveres, do Procedimento, e da Responsabilidade

3.1 - A CONSIGNATÁRIA deverá fornecer e atualizar, quando solicitada, a documentação prevista no art. 13 da Resolução TJES nº ____ / 2021, no prazo previsto no §5º.

3.2 - Os créditos concedidos pela CONSIGNATÁRIA aos CONSIGNADOS serão desembolsados diretamente a eles, mediante crédito nas contas correntes ou qualquer outra forma indicada nos Contratos de Serviço.

3.3 - O CONSIGNANTE manterá a consignação pelo prazo registrado no Sistema Digital de Consignações, obrigando-se a não acatar contraordem ou revogação por parte do CONSIGNADO, suspendendo-se os descontos apenas por iniciativa da CONSIGNATÁRIA, por decisão judicial ou razões de interesse público.

3.4 - O CONSIGNANTE obriga-se a recolher à CONSIGNATÁRIA (via TED, DOC, entre outras formas) o total das importâncias descontadas de seus CONSIGNADOS, até o 5º (quinto) dia útil após a data de pagamento dos Magistrados e Servidores.

3.5 - A CONSIGNATÁRIA, mediante senha de autorização de acesso ao Sistema Digital de Consignações, fornecida pelo próprio sistema (com gestão da Coordenadoria de Pagamento de Pessoal), realizará operações de consulta de margem, concessão de empréstimos e portabilidade de créditos, serviços/espécies elencados no artigo 1.2 do presente contrato, dentre outras, diretamente no referido sistema, mediante presença do CONSIGNADO ou através de aplicativo de celular, que autorizará tais operações por meio de sua senha pessoal.

3.5.1 - A CONSIGNATÁRIA terá até a data de corte de cada mês, previamente divulgada pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal a cada final de ano, para incluir, através do Sistema Digital de Consignações, a consignação em folha de pagamento de Magistrados ou Servidores.

3.6 - O descumprimento de cláusula deste contrato ou norma da Resolução TJES nº ____ / 2021 poderá acarretar a penalização da CONSIGNATÁRIA na forma do art. 24 da referida Resolução.

Cláusula Quarta - Do Pagamento (QUANDO NÃO SE TRATAR DE INSTITUIÇÃO ISENTA)

4.1 - A instituição CONSIGNATÁRIA deverá ressarcir as despesas com processamento da consignação em folha de pagamento no valor de 0,15% (quinze centésimos por cento) do total do desconto mensal consignado na folha de pagamento de Magistrados ou Servidores.

4.2 - O ressarcimento mensal previsto no item anterior será descontado do crédito a repassar às consignatárias pela área competente a partir do cálculo realizado em folha de pagamento.

Cláusula Quarta - Da Isenção (QUANDO SE TRATAR DE INSTITUIÇÃO ISENTA)

4.1 - A instituição CONSIGNATÁRIA está isenta do ressarcimento de despesas com processamento da consignação em folha de pagamento, nos termos do §1º do art. 20 da Resolução TJES nº ____ / 2021.

Cláusula Quinta - Da Vigência, da Atualização e da Rescisão

5.1 - O presente termo de credenciamento vigorará a partir da data de sua assinatura, com prazo de 60 meses, salvo manifestação de alguma das partes em contrário, e não for aplicada a pena de descredenciamento prevista no art. 24 da Resolução TJES nº ____ / 2021.

5.2 - O contrato poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, sem ônus, mediante notificação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, preservado o regime de desconto em folha dos débitos já processados, até a sua completa liquidação.

5.3 - Caso haja convênio ou contrato de credenciamento vigente, firmado entre a CONSIGNATÁRIA e o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, que trate do objeto deste contrato fica este rescindido na data da assinatura do presente contrato de credenciamento.

5.3.1 - Por este instrumento, fica rescindido o Termo de Convênio (ou Contrato de Credenciamento) para concessão de empréstimo mediante consignação em folha de pagamento celebrado anteriormente (Processo nº xxxxxxxx).

Cláusula Sexta - Da Eleição de Foro

6.1 - Fica eleito o foro do Juízo de Vitória, Comarca da Capital (Vitória/ES) para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, ainda que privilegiado.

As partes acordadas assinam este termo em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas indicadas a seguir.

Vitória (ES), _____ de _____ de 202____

(Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo)

(representante legal da instituição credenciada)

(testemunha 1)

(testemunha 2)